

QUANDO A RELIGIÃO VAI À ESCOLA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

*Andréa Lúcia da Silva de Paiva**

RESUMO: Este trabalho propõe analisar a presença da religião em alguns espaços públicos educacionais. Por meio da metodologia da observação participante, identificamos dois momentos que se articulam entre si: a influência da Escola sem Partido ao longo dos estágios docentes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais em Campos dos Goytacazes; e a presença de movimentos missionário cristãos, originários dos EUA, que visam influenciar a juventude estudantil evangélica a uma transformação social, nacional e mundial, no espaço universitário. Tais descrições nos trazem questionamentos sobre os desafios e as perspectivas da formação docente, voltando-nos, novamente, para a discussão entre ciência, religião e política. Sendo assim, o presente trabalho nos traz muitas interrogações sobre algumas questões que perpassam a questão religiosa e são pertinentes ao debate educacional. Diante da organização e das expressões de fé demarcadas por discursos e ações de estudantes, visamos trazer breves reflexões sobre o ensino de Sociologia no cotidiano escolar e despertar a atenção para a presença de movimentos religiosos no espaço universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino de Sociologia. Espaço Público. Movimentos Missionários. Religião.

WHEN RELIGION GOES TO SCHOOL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL FIELD

ABSTRACT: This work proposes to analyze the presence of religion in some educational public spaces. Through the methodology of participant observation, we identified two moments that articulate with each other: the influence of the *Escola sem Partido* during the teaching internships of the Social Sciences Degree course in Campos dos Goytacazes; and the presence of Christian missionary movements, originating in the USA, which aim to influence evangelical student youth towards a social, national and global transformation in the university space. Such descriptions raise questions about the challenges and perspectives of teacher education, turning us, once again, to the discussion between science, religion and politics. Therefore, this work raises many questions on some issues that permeate the religious issue and are relevant to the educational debate. In view of the organization and expressions of faith demarcated by discourses and actions of students, we aim to bring brief reflections on the teaching of Sociology in the school routine and awaken attention to the presence of religious movements in the university space.

KEYWORDS: Education. Sociology Teaching. Public Space. Missionary Movements. Religion.

* Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRRJ). Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. E-mail: andreapaiva@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3145-1547>

Introdução

Este artigo apresenta reflexões que impetram de aprofundamento e debate. Ele parte de um questionamento que é temporal e que se destaca por uma continuidade presente na seguinte questão: quando a religião vai à escola?

A presença do religioso no espaço público tem suscitado muitas análises e desafios. Pensar sua relação com o cotidiano escolar traduz meios de compreender, no contexto brasileiro, o seu protagonismo ao longo do tempo. Como descreve Emerson Giumbelli:

Trata-se de uma discussão que integra a pauta de debates gerais e acadêmicos que se estabeleceu nos últimos anos. Refletir sobre a presença e os impactos da religião na esfera pública tornou-se tema que há algumas décadas muitos achariam extemporâneo ou inusitado. Hoje, contudo, a partir de várias perspectivas disciplinares, incluindo filosofia e teoria política, parece incontornável. (GIUMBELLI, 2014, p. 13-14).

Foco de muitos questionamentos que percorrem diversos debates, a religião assume lugar daquilo que é narrado, interpretado e ressignificado como “sagrado” e “profano” apontando fatos que conduzem sua presença em diferentes espaços e instituições públicas. A religião parece desenhar e traduzir, continuamente, uma morfologia na forma como determinados grupos sociais se organizam em um espaço social. Ao buscar compreender uma espécie de gênese da religião é que nos damos conta de sua formação, diversidade e, conseqüentemente, de sua complexidade.

Dentre esses espaços, a escola parece se posicionar entre um jogo de conflito e coesão frente aos conceitos como laicidade, secularização e pelos dispositivos legislativos políticos que são refletidos também no ensino superior. Ao trazer uma colcha de retalhos de alguns dos acontecimentos como os desafios da formação docente, a Escola sem Partido na educação básica e os movimentos missionários religiosos nas universidades, o trabalho visa, sob à luz da Antropologia, o debate sobre a religião nas instituições públicas de ensino e a busca por espécie de legitimidade.

Neste sentido, buscaremos, a partir da observação participante descrever realidades vivenciadas ao longo dos estágios de licenciatura do curso de Ciências Sociais e nas ações religiosas em uma instituição federal, em Campos dos Goytacazes.

A religião na esfera pública educacional

No Brasil, quando falamos a respeito da laicidade, a sinalização é feita a partir do marco republicano quando se tem a “separação” entre o Estado e as igrejas. Neste conjunto, o ensino passa a ser declarado como leigo impondo um limite com a Igreja Católica, como analisa Giumbelli (2008):

A lei de 1890 que produziu a separação entre Estado e Igreja Católica reconhecia a “todas as igrejas e confissões religiosas” “a personalidade jurídica para adquirirem os

bens e os administrarem”, mas “sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta” (art. 5º). Já na Constituição de 1891, venceu a seguinte formulação, com o apoio das forças católicas: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publicamente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (art. 72 §3). No entanto, mesmo depois disso, a diretriz seguida pelas autoridades ministeriais era no mínimo hesitante, pois houve iniciativas no sentido de limitar ou desautorizar operações econômicas realizadas por instituições católicas. Seguiu-se então um debate jurídico de conseqüências importantes para a definição do regime de constituição dos coletivos religiosos no Brasil, no qual a Igreja Católica interveio ao mesmo tempo em que se preocupava em reorganizar a articulação das suas partes para se tornar uma entidade mais coesa do que era antes (GIUMBELLI, 2008, p. 82-83).

A descrição acima nos adentra sobre a importância da relação entre a Igreja e o Estado pela “memória oficial”, a memória nacional, àquela que carrega enquanto problema, a “credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização” e que se opõe à “memória subterrânea”, a memória voltada as culturas minoritárias e dominadas (POLLAK, 1989, p. 7). O protagonismo entre o Estado e o religioso que se faz pelos registros oficiais tendem a não visualizarem as ações, avanços e resistências realizadas pelas demais religiões brasileiras o que inclui também o catolicismo popular.

Nos registros das memórias oficiais, vale destacar que a Carta Constitucional de 25 de março de 1824, em seu artigo 5, já declarava a Igreja Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Império. Contudo, as religiões em sua pluralidade já se faziam caminhar para um conflito latente, uma vez que não era dito como relevantes as religiões de grupos minoritários não considerando uma observação já feita por João do Rio, no início do século XX, em suas descrições sobre a presença religiosa no Rio: “O Rio, como todas as cidades nestes tempos de irreverência, tem em cada rua um templo e em cada homem uma crença diversa” (RIO, 2013, p. 3).

A Igreja Católica esteve presente na ocupação educacional do Brasil desde a primeira incursão oficial na catequese de indígenas. Atuou na criação de orfanatos, asilos, casas de saúde (as chamadas santas Casas de Misericórdias), contribuição na criação dos espaços rurais e urbanos a partir, inicialmente, das vilas que ia sem formando em torno das capelas e paróquias visando um processo de construção identitária de uma fé e moral religiosa. A Igreja Católica desenhava, assim, um cenário de pertencimento hegemônicos aos locais em comparação às demais religiões.

Neste cenário, para as gerações passadas, a identidade religiosa do ser brasileiro que nascia era equivalente ao “ser católico”. Tratava de uma denominação vista como algo “natural”. Neste contexto, muitos brasileiros omitiam (suas ligações com as religiões de matriz africana assim como as práticas do espiritismo kardecista) e também havia a generalização da fé institucionalizada, a católica. No contexto recente brasileiro, sobretudo, a partir da década de 80, observamos maior concentração dos indivíduos nas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Observa-se também a costura dos indivíduos entre

outras religiões e os sem religião¹. Contudo, é importante destacar a presença expressiva do movimento evangélico, sobretudo, neopentecostal, nas diferentes formas de atuação nos direitos civis, políticos e sociais.

O que vem predominando são cortes e costuras entre as religiões que vão ressignificando identidade diversas aos indivíduos. O processo de secularização e laicização no Brasil ocorrido em meados do século XIX surge, como vimos acima, no contexto da Proclamação da República e com a promulgação da primeira Constituição Republicana de 1891. Na primeira Constituição republicana (1891), o ensino religioso não estava presente, mas passou a fazer parte da Constituição de 1934 (Estado Novo) e na Constituição (1988) embora se tenha um debate extenso a respeito. Das demais constituições republicanas promulgadas, com exceção da primeira, o ensino religioso aparece em caráter facultativo e a religião se encontra mencionada como proteção ao direito à liberdade de crença.

De forma legítima, o Brasil vem permitindo que a religião tenha “acesso às aulas” ao longo de sua história. A atual Constituição Brasileira de 1988 traz, no seu texto inicial, é selada pela proteção divina:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Vale destacar a importância e defesa da liberdade de crença na Constituição Federal que vigora nos dias de hoje. No Art. 5, no inciso VI afirma ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando, assim, o livre exercício dos cultos religiosos a garantia da proteção aos locais de culto e de suas liturgias, na forma de lei. Ainda neste artigo, o inciso VII afirma que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (BRASIL, 1988). Ou seja, a Constituição Federal reconhece e valoriza a prática religiosa e assegura esta ação. A extrema laicidade estatal pode ser observada no ensino religioso na esfera pública e no casamento religioso, como destaca Teraoka (2010). Neste sentido, a neutralidade do Estado na sociedade brasileira não deve ser compreendida como uma separação absoluta: “É uma separação *mitigada* ou *atenuada*” (TERAOKA, 2010, p. 225). O próprio grau de liberdade em uma sociedade é medida pela relação de

¹ De acordo com os dados do IBGE ainda relativos ao ano de 2000, há três grandes mudanças no campo religioso como analisa Novaes (2004): a diminuição do percentual de católicos que era de 83,76% em 1991 para 73,77% em 2000; o crescimento dos evangélicos que seguem de 9,05% em 1991 para 15,45%; e, por fim, o aumento dos denominados “sem religião” que de 4,8% em 1991 sobre para 7,4% em 2000. Por “sem religião” compreendemos a adesão à fé, mas sem laços com o institucional.

laicidade entre o Estado e as religiões, mas que no nosso contexto vem coexistindo de forma tênue e extrema como enfatiza o autor.

No campo institucional esta “costura” de retalhos vem favorecendo a ida da religião à escola. Podemos começar descrevendo sobre a Lei Estadual n. 3459, promulgada em 14 de setembro de 2000 até então pelo governador na época Anthony Garotinho (Partido Democrático Trabalhista -PTD). Esta lei traz a implementação do ensino religioso confessional nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro:

Art. 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na formação confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proleísmo.

Art. 2º - Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições:
I-Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;
II-Tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida.

Art. 3º - Fica estabelecido que o conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente.

Art. 4º - A carga horária mínima da disciplina de Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das 800 (oitocentas) horas-aulas anuais.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir concurso público específico para a disciplina de Ensino Religioso para suprir a cadência de professores de Ensino Religioso para a regência de turmas na educação básica, especial, profissional e na reeducação, nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Justiça, e demais órgãos a critério do Poder Executivo Estadual.

Importante destacar que, segundo a lei, no ato da matrícula, pais ou responsável pelo discente deverá expressar, caso desejarem, a frequência de seus filhos ou tutelados nas aulas de ensino religioso. Outro ponto que traz a lei é sobre a remuneração dos professores concursados que seguirá os mesmos dos permanentes do Magistério Público Estadual.

Pensando por este viés, o Rio de Janeiro vem consagrando como um Estado laico perante a lei, mas com liberdade religiosa a se manifestar amparado por um poder legitimado. Parece ser este o sentido à noção de laicidade do Estado: ele parece validar o direito da liberdade religiosa garantida pela Constituição Brasileira. Somando à questão acima, Cunha (2013), pesquisador da questão da laicidade do Estado, destaca que a mesma deve se fazer presente nas escolas de forma efetiva visando a construção de espaços plurais e como garantia da diversidade religiosa, cultural, de gênero, sexual, étnica e ideológica. Esta seria a forma de impedir o poder de uma religião e/ou a colonização das religiões majoritárias na

escola pública. Contudo, o não cumprimento desta ação nos expõe à intolerância e aos conflitos religiosos, sobretudo com o aparecimento de movimentos ideológicos religiosos que não aparenta levar em consideração a diversidade religiosa sinalizada pelo Censo do IBGE de 2010. O que o Censo aponta quanto ao crescimento de outras religiões, na prática, parece não haver o respeito a esta tolerância religiosa em sua pluralidade e diversidade.

O Censo do IBGE de 2010² já trazia uma indicação dos dados de 2000 apontando para o crescimento do movimento neopentecostal. Se a religião com maior número de participantes permanece a católica com 64,6% da população, seguida dos evangélicos com 22,2%, é também de observar os sem religião com 8, os espíritas, com 2% da população e as religiões de matriz africana tem 0,34%. É indicativo a redução da proporção dos católicos frente ao crescimento dos evangélicos que passa de 15,4% para 22% em 2010. Dentro deste quadro, 60% de origem pentecostal, seguido de 18,5% evangélicos de missão, e de 21,8% dos evangélicos não determinados. A novidade também está para o aumento daqueles que se enquadram como espíritas e dos “sem religião”. determinados. Há um aumento de espíritas e dos que se declararam “sem religião”.

A amostra revela uma certa aquarela religiosa, reafirmando aquilo que DaMatta (2001, 1986) já identificava e classificava o povo brasileiro em seus escritos a partir da segunda metade do século XX: o fato dele crer por creditar em um mundo sem dor e sofrimento. Na dúvida, o brasileiro simplesmente crer e segue em busca de elo pessoal com a sua crença. Segundo o autor, o indivíduo crê em tudo por acreditar em um outro mundo sem dor e sofrimento, a esperança do brasileiro:

Por outro lado, a forma pela qual essa comunicação se realiza é sempre através de um elo pessoal. Nós, brasileiros temos intimidade com certos santos que são nossos protetores e padroeiros, nossos santos patrões; do mesmo modo que temos como guias certos orixás ou espíritos do além, que são nossos protetores. A relação pode ter forma diferenciada, mas a sua lógica estrutural é a mesma. Em todos os casos, a relação existe e é pessoal, isto é, fundada na simpatia e na lealdade dos representantes deste mundo e do outro. Somos fiéis devotos de santos e também cavalos de santo de orixás, e com cada um deles nos entendemos muito bem pela linguagem direta da patronagem ou do patrocínio místico – por meio de preces, promessas, oferendas, despachos, súplicas e obrigações que, a despeito de diferenças aparentes, constituem uma linguagem ou código de comunicação com o além que é obviamente comum e brasileira (DAMATTA, 1986, p. 77).

Contudo, a diversidade religiosa brasileira traz, um campo de disputas visto que “é preciso se ater que a ação religiosa nem sempre age de forma ‘inocente’. É neste sentido que ela se coloca na posição de estratégia junto ao poder que se firma nas relações sociais” (PAIVA, 2021, n. p). Nesse movimento, ela faz com que um indivíduo e instituição imponham as suas vontades sobre os outros concretizando, através de um conjunto de simbolismo, dominação e legitimidade: “Se a religião, em si, expressa liberdade

² Fontes: [IBGE | censo 2010 | resultados | notícias | Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião](#). Acesso em 22/02/2023.

de crença, de culto e de formas de organizações, por sua vez este sentimento (ou ação) se confunde na leitura de alguns fiéis conduzindo para a prática da intolerância religiosa, o desrespeito a outras religiões” (PAIVA, 2021, n. p).

É neste conjunto de reflexões que podemos apontar o impacto religioso na educação básica e universitária. A temática religiosa no ensino de Sociologia é um desafio constante à educação que se dá por dois pontos centrais, a priori: primeiro porque devemos entendê-la com um conceito que dispõe de vivências, experiências, trocas entre os indivíduos em sua socialização. Ou seja, o campo religioso não é algo distante aos docentes, discentes e demais sujeitos envolvidos na educação básica e superior. Cada sujeito traz uma visão de campo religioso. Ignorar o senso comum que eles trazem é esvaziar reflexões pertinentes da realidade social culminado no não reconhecimento da religião do *outro* (PAIVA, 2016). Esse tipo de ação pode apontar para o fenômeno da intolerância religiosa, a exemplo, das expressões de matriz africana (OLIVEIRA, 2018). A presença do religioso nas instituições públicas e privadas educacionais ressignificam memórias. Estas não são dadas naturalmente, mas construídas socialmente. A memória religiosa na educação é apenas mais uma das retóricas. Neste sentido, ela também se posiciona como um sistema simbólico que promove enquadramentos em diferentes esferas. A questão está em analisar e trazer para reflexões a respeito não ignorando a abordagem.

No campo escolar, o conflito religioso

No ano de 2018, com as novas eleições presidenciais, o movimento classificado como extrema direita assume o poder através de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL). Contudo, embora seja possível reflexões sobre o período em diversas modalidades e situações, centramos, neste primeiro momento, os impactos da Escola Sem Partido no ensino na parte educacional e, conseqüentemente, como um dos motores para a ascensão da extrema direita nas instituições escolares.

Em observação no campo educacional, acompanhado os estágios docentes de Sociologia do curso de Ciências Sociais em uma instituição federal, era possível nos deparar com alguns discentes, pais de alunos e demais familiares “fiscalizando” o conteúdo ministrado nas aulas, atuação que não ocorreu apenas na educação básica, mas nas universidades. Estes passavam como espécie de “fiscais da educação” sinalizando os conteúdos e exercendo acusações aos profissionais da educação.

Descrevendo um dos casos, na época eleitoral, foi possível identificar recusa, por parte de alguns estudantes, às aulas de Sociologia. Em um dos campos realizados em uma escola do interior nos deparamos com um pastor e um padre que tomavam o ensino de algumas disciplinas como a Sociologia uma negação àquilo que classificavam como uma “moral cristã” e “família tradicional”. Estes sujeitos dispunham de acesso ao local, mas também contavam com a presença dos jovens estudantes em seus templos religiosos.

A Sociologia, assim como as demais áreas das ciências humanas, passava a ser vista por estes agentes por uma lógica de inversão: ela seria um “senso comum doutrinador” da esquerda antes de ser conhecimento científico. Nesta negação, conceitos, temas e teorias que focassem na desigualdade social, na fome, feminicídio, nas minorias, no racismo e na discussão étnica racial passavam a ser vistos por uma lógica de “valores imorais” e discurso de “povo vitimado” que “vivem à custa do governo”, segundo as falas de alguns discentes. Em uma aula ministrada sobre feminicídio por uma estagiária residente³, segundo ano do ensino médio, alguns alunos questionaram a respeito apontando que “as mulheres mudaram”, “querem ser igual a homem”, “apanhou porque pediu”, “a mulher não é mais como antigamente”, “a mulher de hoje não quer mais ficar em casa cuidando dos filhos”, “tem mulher que não é santa”, “tem mulher que precisa apanhar para seguir o que a Bíblia diz”. As frases acima também eram confirmadas por algumas estudantes que se classificavam como cristãs. As narrativas generalizadoras eram, às vezes, completadas por quem eles acreditavam legitimar o discurso em sua importância: “o pastor falou isso na igreja”, “como o padre falou conosco ontem na Missa”, “meu pai falou que as mulheres querem ser comunistas”. Além de generalizadoras, as frases invertiam a lógica de amparo religiosos às pessoas de classe social mais baixa a questão da “superação” apontando a meritocracia como um bem maior a ser alcançado e desejado a todos. Contudo, tais afirmativas recebiam também retaliação por parte de algumas meninas: “Seu burro, não é nada disso”, “lugar de mulher é onde ela quiser”, “Só vocês têm direito?!”. Por sua vez, a estagiária residente além de demonstrar surpresas, questionava algumas, percebendo que o debate por parte de alguns dos meninos se sustentavam. Com receio de não conseguir ministrar a aula, a direcionou para quem pudesse escutá-la.

Foram muitos desafios à formação docente ao longo do ano, contudo, esta não era uma realidade apenas nesta escola. Era visível o medo de licenciados homossexuais à inserção nas escolas sob pena de não serem aceitos, de passarem por ironias, risadas e julgamento o que nos levou às sessões sobre a temática na universidade, leituras sobre cultura, sexualidade, gênero, alteridade e identidade. Um trabalho contínuo e desafiante.

Somando os desafios acima descrevemos um outro momento. Alguns alunos, com a camisa com estampa de Jair Bolsonaro, davam às costas ao docente de Sociologia recusando a aprendizagem. Alguns, sentados no chão, ouviam música, outros faziam questão de virarem o corpo contra o docente que ministrava para um grupo reduzido de até cinco estudantes no total de 19 alunos presentes. Na entrada e saída da sala, alguns discentes classificavam o professor como “comunista”, “marxista” e “ateu”. Por sua vez, o discente inseria conteúdo de acordo com o currículo mínimo da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro. Ao conversar com um casal estes silenciaram as minhas perguntas sobre o porquê das ações diante da aula. Um menino pediu para o casal não responder nenhum tipo de perguntas, pois não valeria a pena explicar o “óbvio para pessoas que estão erradas” e dizia “Ela é da universidade!”, direcionando

³ Programa de Residência Pedagógica, formação docente, financiado pela CAPES, realizada no período de agosto de 2018 a Janeiro de 2020. O programa contou com 16 licenciados do curso de Ciências Sociais.

para um discurso de que na universidade pública somente há “gente da esquerda” também classificada como “petista” (alusão ao Partido dos Trabalhadores – PT, oposição nas eleições de 2018 a Bolsonaro). A universidade pública federal, a única do município, também se apresentava nos discursos como “marxista”, “sem religião”, “destruidora da moral e da família”, “local de drogados” e “suja”, para citar algumas das classificações.

Ainda em 2018, próximo ao período eleitoral, os ânimos nas escolas estavam tensos. Havia estudantes que declaravam não assistirem aulas de Sociologia e de outras disciplinas por classificarem como “matérias de esquerda”. Estas ações traziam desafios à formação docentes sobre que conteúdos, temas e teorias ministrar. Contudo, para os professores destas áreas, a questão central não era a escolha por um conteúdo, mas como fazê-lo de forma a desafiar a naturalização dos discentes. O receio e medo, tomaram uma dimensão relevante para eles e para os estagiários. Muitos dos estagiários não compareceram às aulas na semana corrente às eleições receosos de mais conflitos que envolvessem eles e/ou docentes e os discentes. Situação esta que não ocorreu apenas na escola do interior, mas nas do centro também onde tínhamos mais estagiários frequentando escolas.

Para compreendermos a questão, é importante situar o local onde estas instituições se encontram. Ao percorrer o município de Campos dos Goytacazes nos deparamos, constantemente, com a presença religiosa em diferentes espaços públicos. Desde a chegada à Rodoviária Shopping Estrada, rodoviária central e interestadual, principal terminal de entrada e saída do município, podemos identificar a presença de objetos religiosos. A chegada à cidade de Campos traz em seus espaços alguns símbolos religiosos como a imagem do Santíssimo Salvador, o padroeiro da cidade⁴ e o presépio gigantesco que é montado no período natalino, objetos religiosos estes que também são encontrados na praça central.

Nas ruas, seja nos muitos carrinhos de pipocas, em muros, carros, bicicleta, nos estabelecimentos comerciais como bares, é possível notar, por parte dos donos ou de empregados, trechos da escrita da bíblia ou imagens santas. Em alguns destes locais, encontram-se crucifixos e frases escritas. O discurso religioso também se faz muito presente na linguagem e abordagem do povo no cotidiano: “só Deus é misericordioso”, “Sem Jesus não vivemos”, “Jesus faz maravilhas em nossa vida”, “Cristão compra com cristão”, “Você é religioso?”, para citar algumas. Completando estas observações, são nos espaços escolares que identificamos crenças e práticas religiosas: imagens de santos, santas, crucifixo, santinhos, terços, bíblia e frases bíblicas. Alguns alunos fazem customização de seus uniformes. Assim, vestimentas, mochilas, brincos, anéis, broches, cadernos e estojos costumam a performance do discente e sua ligação com aquilo que creiam no campo religiosos. Desta forma, os objetos seguem ressignificando a relação entre os devotos e suas crenças. Desta forma, estabelecem dádivas nas formas diferentes que os homens

⁴ A Festa do Santíssimo Salvador ocorre no dia 28 de julho e segue até o dia 06 de agosto. Um dia após a festividade ocorre a Marcha para Jesus que reúne várias igrejas evangélicas e é organizada pela Associação Evangélica de Campos (AEC) (PAIVA, 2020).

estabelecem com seus rituais; devoto e santidade; nas interpretações sobre cura e milagre; vida e morte; céu e inferno; sagrado e profano, objetos e pessoas constituindo fatos sociais totais (MAUSS, 2003).

Vale destacar que o município de Campos é classificado por muitos docentes e discentes como “tradicional”. Em uma das escolas, a palavra “tradicional” pelos estudantes se faz por várias atribuições, mas todas a convertem como algo a ser defendido em polaridade: aquilo que é condenável, não aceito por eles diante de suas crenças. Assim, por “tradição” compreendiam aquilo que lhe é cristão: a estrutura da família constituída naturalmente pela formação originária biológica sustentado pelo discurso da separação dos papéis sociais cabendo à mulher ser obediente ao homem e à tarefa de cuidar dos filhos e da casa. Há uma terceira visão que necessita de reflexões a respeito, que é a negação a qualquer discurso de minorias. Dentre as tantas reflexões, esta última questão nos remete a pensar sobre a crença em si: se a religião visa questionar e combater a desigualdade social onde estaria o sentido de negação das classes sociais mais baixas, negros, indígenas, homossexuais, por exemplo? Soma a estas observações uma nostalgia a um tempo não vivenciado por eles, mas que se apresenta em um plano dado como real de experiências por estes que narram: “antes era tudo melhor”, “ser tradicional é ser a favor da mulher em casa, educando nossos filhos”; “Não preciso ter nascido. Eu sei”, “a maior verdade está na bíblia e não nos livros da escola.”. Mas, observamos também o papel da política na escola: tudo o que não é “tradicional” é “comunista”, de “esquerda”, e, por tal, “imoral”. O discurso político neste contexto, é sustentado pelo religioso. Eles não são indissociáveis. Neste sentido, a ida da religião à escola nos coloca dentro de um fenômeno macro e micro que se materializam em desafio, sobretudo, nos últimos cinco anos no Brasil e que se encontra por detrás das ações e narrativas acima dos estudantes.

Inicialmente, centramos no projeto de Lei “Escola Sem Partido” (ESP), sua influência e impactos na educação diante da relação educação e religiosidade. Embora este debate tenha sido introduzido a partir de 2004, foi ganhando mais destaque em 2016, um ano após o projeto ser protocolado na Câmara dos Deputados. O assunto foi ganhando espaços na mídia e nas redes sociais revelando uma divisão entre os apoiadores do projeto e os grupos que se posicionam contrário.

A criação da Escola sem Partido ocorre por iniciativa de alguns alunos e pais, religiosos ou moralistas, que se organizaram com o objetivo de “acabar” com aquilo que eles classificavam como doutrinação política ideológica”, “supostamente” realizadas nas escolas brasileiras. Um dos criadores e coordenador do projeto é o advogado Miguel Nagib que se classifica como católico, liberal e conservador. Criado em 2004, somente em 2015 a ESP ganha popularidade por ser tornar projeto de lei oficialmente proposto pelo Deputado Izalci, do Partido Social Democrático Brasileiro do Distrito Federal (PSDB-DF). Vale destacar que o projeto trouxe junto um site⁵ com informações sobre seus objetivos e como forma de inserir denúncias contra docentes que praticavam tal suposta doutrinação. No site há áreas nomeadas como “Planeje sua denúncia”, “Doutrina da doutrinação”, “Flagrando o doutrinador”,

⁵ Disponível em: [Home - Escola Sem Partido](#). Acesso em 06 de março de 2023.

“Educação moral” e “Síndrome de Estocolmo”. De forma genérica, o grupo a ser alvo de ataques e acusações são classificados, de forma genérica, por “comunistas”. Apoiadores do projeto como o Movimento Brasil Livre (MBL), a bancada evangélica do Congresso Nacional, o Pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP), a família Bolsonaro que seguiam com uma suposta afirmativa de que as escolas seguem doutrinando os discentes com ideais de “esquerda” como, por exemplo, o ensino sobre Karl Marx, revolução Cubana, ideologia de gênero, para citar algumas.

O projeto de Lei Escola sem Partido escancara o drama social brasileiro quanto a inserção religiosa na escola. Em contrapartida, no ano eleitoral de 2018, partidos de oposição como o PSOL e o PDT redigiam projetos a favor da Escola Livre (PL 6005/2016), do então deputado na época Jean Wyllys, do PSOL/RJ, no qual defendia uma escola sem preconceito, pautada na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão e uma Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar (PL 10997/2018, de Dagoberto Nogueira, PDT/MS, que visa garantir a todos os professores, estudantes e profissionais da educação a livre manifestação de pensamento e opiniões para o enriquecimento do processo pedagógico de ensino-aprendizagem).

O projeto Escola Sem Partido não foi o único movimento a dinamizar a relação que favoreceu as eleições da extrema direita, mas dinamizou uma relação importante que talvez se encontrasse obscura, silenciada ou na dimensão do não dito: o debate sobre educação e religiosidade no espaço escolar.

Os movimentos religiosos nos espaços de conhecimento científico

No cenário das escolas brasileiras a discussão propagada pela Escola sem Partido, mesmo após o Supremo Tribunal Federal ter julgado inconstitucional⁶ em 2020, é possível identificarmos uma herança de seus argumentos no cotidiano educacional entre os envolvidos na escola (docentes, discentes, gestores e familiares), por outro lado, é preciso pensar que o veto não significa a ausência da religião nos espaços públicos de formação. Ao longo deste tempo, a religião vem se inserindo de forma mais profunda e

⁶ Em 2020, o STF considerou inconstitucional a implementação da Escola sem Partido em Alagoas. A decisão afetou todos os demais projetos que dispunham de similar proposta. A lei estadual de n. 9.277/2021 que se encontra em vigor no Rio de Janeiro, reforça em seu artigo 1º que “Todos os professores, estudante e funcionários das escolas sediadas no Estado do Rio de Janeiro são livres para expressarem pensamentos e opiniões no ambiente escolar, sendo assegurado o mesmo tempo, espaço e respeito para quem deles divergir, bem como a pluralidade de ideias.”. A lei também destaca no Art. 3º que “O órgão gestor da política educacional promoverá campanha de divulgação, em escolas públicas e privadas de todo o estado, sobre os princípios assegurados pelos artigos 206, inciso II e artigo 227, todos da [Constituição Federal](#), e pelo artigo 306 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, no tocante à garantia da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como sobre os princípios previstos na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho 1990, que institui o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#). Complementando, a respeito das filmagens em ambientes escolares, uma das ações solicitadas pela Escola sem Partido como forma de prestar denúncias, se torna permitido somente com a autorização expressa de quem irá aparecer na filmagem.

articulada entre a política e o religioso e vem ganhando força no ensino médio, mas também no ensino superior.

Dentre estes movimentos podemos destacar o *Dunamis Pockets*, braço de missões cristãs universitárias do *Dunamis Movement*. A palavra “*Dunamis*” vem do grego e significa poder explosivo do Espírito Santo. A palavra “*Pockets*” se traduz por bolsos em inglês. Logo, a interpretação por parte dos fiéis é de que o movimento simboliza “bolsos” de avivamento. Os *pockets* têm como objetivo a transformação dentro das universidades ao redor do mundo. Partem de uma afirmativa: acreditam que os futuros líderes da sociedade estão dentro das universidades o que explica os encontros, semanalmente, promovendo a transformação do mundo atual pela pregação do Evangelho e da manifestação do poder sobrenatural do Espírito Santo⁷.

Os dizeres acima vêm ao encontro ao movimento *The Send*. Ferreira (2022) em sua dissertação traz como objeto de análise este movimento cuja origem é norte americana. Trata-se de uma ação missionária que envolve a juventude evangélica brasileira. No Brasil, o maior articulador do movimento é Teo Hayashi, uma das lideranças do movimento *Dunamis* que se encontra ligado a *Zion Church*, igreja voltada para a classe média alta com sede no Morumbi, São Paulo (FERREIRA, 2022). Como descreve o autor, embora o movimento tenha sua essência na religiosidade ele visa algo maior: o domínio de todos os espaços da sociedade civil.

The Send está presente em várias redes sociais. Ele está ligado à alguns personagens políticos da extrema direita mundial. Dentre eles, podemos citar: Donald Trump e Jair Bolsonaro em conjunto com líderes evangélicos voltados para a indústria de massa, sobretudo, dos EUA e do Brasil, e que exercem uma forte relação entre política religião pela importância de suas lideranças junto aos jovens estudantes do ensino médio e do ensino superior: Lou Engle, Andy Byrd, Todd White, Michael Koulianos, Daniel Kolenda, Brian Brennt, Teo Hayashi, Silas Malafaia e Damares Alves. A respeito desta origem, Ferreira (2022) analisa que:

O *The Send* é uma junção de forças de Engle com outros movimentos representados nas figuras de seus líderes. São eles: Teo Hayashi (*Dunamis*), Andy Byrd (*Lou Engle Ministries*), Todd White (*Life Style Christianity*), Daniel Kolenda (CFAN), Michael Koulianos (*Jesus Image*) e Brian Brennt (CR – *Circuit Riders*). Após o start em Orlando, FL, o destino foi o Brasil. [...] No evento de Orlando, em 2019, Teo Hayashi assume o microfone e grita “Chegou a nossa hora Brasil”. Naquele momento, nasceu a ideia de realizar uma mobilização da juventude evangélica brasileira. Em fevereiro de 2020, foi realizado o *The Send Brasil*, que aconteceu simultaneamente em 3 estádios, além de ter transmissão em tempo real via Facebook e Youtube. Os estádios que receberam milhares de jovens evangélicos foram: Mané Garrincha, em Brasília, Morumbi e o Allianz Parque, em São Paulo (FERREIRA, 2022, p. 16).

Contudo, o autor nos chama atenção para os riscos destes movimentos:

Sendo assim, nossa pesquisa nos leva a fazer um alerta e nos abre diversas linhas de aprofundamento desta pesquisa pioneira e introdutória. Estamos diante de uma ameaça

⁷Fonte: <https://dunamismovement.com/dunamis-pockets/>. Acesso em em 12/12/2022.

à democracia, que já se consolidou dentro do campo evangélico e precisa ser combatida com conhecimento e uma argumentação que fale diretamente com as pessoas que viabilizam estes movimentos que, na prática, as oprimem em vez de as libertarem (FERREIRA, 2022, p. 178).

Soma-se a estes movimentos o *1LUV*⁸, um dos braços de missões colegiais do *Dunamis* que atua recrutando jovens do ensino fundamental II e do Ensino médio para a missão.

Contudo, o que nos desperta atenção é o “silenciamento” das ações destes movimentos: os discentes chegam a anunciar o chamado para outros discentes universitários ou no ensino médio a partir de um convite pessoal nos espaços das instituições. Nos estágios em uma escola de formação normalista, em 2022, em dois momentos, de forma discreta, na troca de salas entre os professores, recebemos mensagens escritas de cunho religioso enroladas em pequenos papéis (passagens bíblicas ou alusão ao poder divino: “Coloquei toda a minha esperança no **Senhor** ele se inclinou para mim e ouviu o meu grito de socorro” - Salmos 40:1; “Entregue a Deus os seus traumas do passado e do futuro. Ele cuidará” para citarmos alguns). Em alguns casos, ao se aproximarem de estudantes, descrevem sobre a história da pessoa reforçando o sofrimento e/ou necessidade de transformação e mudança de vida. As ações dos jovens estudantes missionários não ocorrem apenas para jovens discentes. Presenciamos a abordagem religiosa também a alguns docentes. Se as ações destes movimentos colocam a religião como um todo que faz sentido aos homens e move os laços sociais, culturais, políticos, institucionais e intelectuais entre eles, estamos, aqui, diante de um impasse: afinal, qual seria a negação desta ideologia que se constrói? Ou seja, o que não seria então religião e não religioso na visão dos agentes destes movimentos?

Esta questão resulta no questionamento da laicidade e da secularização no Brasil e os desafios à docência que ela envolve. A laicidade enquanto um modo ação de uma organização política, tem como objetivo visar um estado democrático frente à igualdade e à liberdade entre os cidadãos e, por esta razão, se traduz por uma exclusão ou ausência da religião na esfera pública. Por sua vez, a secularização se refere, no sentido mais amplo das Ciências Sociais, ao civil, ao não-religioso, àquilo que não é dedicado a fins religiosos, “[...] a cultura secular é secular quando sua aceitação é baseada mais em considerações racionais e utilitárias do que na reverência e na veneração” (SILVA *et al*, 1986, p. 1102). Contudo, há de se levar em consideração movimentos religiosos como os citados acima que trazem desafios à elaboração de currículos, planejamento e atuação do docente na sala de aula. Se a laicidade é uma garantia legal, por sua vez, esbarra em desafios. Parece haver uma descrença em sua prática mergulhada em algumas ações como a própria existência do ensino religioso nas escolas públicas. Muitos dos licenciados ao iniciarem os estágios questionam a presença da religião na escola no espaço, seja como disciplina, em cartazes, imagens, escritas religiosas e nas narrativas dos discentes, docentes e funcionários.

⁸ Fonte: [1luv – Dunamis \(dunamismovement.com\)](http://1luv-dunamis.com). Acesso em 12/01/2023.

Durante a sua formação, um jovem estudante do curso de Ciências Sociais, Licenciatura, se depara com a posição da LDB em seu art. 33 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que traz a seguinte redação quanto à existência do ensino religioso:

[Art. 33.](#) O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Diante destas questões, as abordagens sobre educação, centrando no ensino de Sociologia, têm alcançado destaques em eventos e publicações científicas. Em grande parte, esses estudos centram nos marcos legislativos, nas análises documentais, manuais, livros, material didático, formação de professores, currículo, experiências e estágios. O retorno da Sociologia ao currículo do Ensino Médio no Brasil, a partir da Lei nº. 11.684, de 2 de junho de 2008 veio reforçar essas discussões. Contudo, o novo ensino médio aprovado pela Lei n. 13.425, de 16 de fevereiro de 2017 no governo de Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), trouxe várias mudanças, dentre elas, a redução do tempo de disciplinas, dentre elas, a Sociologia. A respeito da religião ou do ensino religioso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio não traz referência sobre o ensino fundamental reconhecendo o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento deste segmento. Complementando, um dos primeiros contatos do estudante com a religião se encontra presente legalmente por legislações, resoluções e diretrizes. Exemplificando, o jovem estudante se depara com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, regulamentadas pela Resolução 02/98, onde se passa a reconhecer a educação religiosa como área de conhecimento integrante da formação básica do cidadão. Com a Nova Base Nacional Comum Curricular implementadas no Ensino fundamental, em 2017, a disciplina religião permanece a acompanhar a grade escolar e reforça a existências dos estudos sobre a religião cristã em suas habilidades Por sua vez, no novo Ensino Médio, a religião aparece não enquanto uma disciplina, mas como forma de identificação das diferenças e semelhanças de um grupo social (família, escola, cidade, bairro, país, etnia, religião, dentre outras) frente a outros povos e sociedades (BRASIL, 2018).

A visibilidade da religião nos espaços educacionais, seja ainda por um discurso explícito ou não, vem tornando uma realidade à reflexão no ensino de Sociologia. Nesta relação, é necessário pensar nos agentes que atuam nestes espaços como os docentes que estão no cotidiano escolar que se encontram frente à frente com os dilemas e conflitos que surgem na sala de aula seja através de símbolos religiosos como a bíblia, crucifixo, camisas, boné, caderno e nas narrativas discentes, da observação, mas também pela observação externa no espaço: o porteiro da escola que lê e ensina versículos bíblicos, o inspetor

que trabalha a “ordem” através de uma moralidade religiosa, o livro sagrado presente para leitura, as “promessas”: existe uma lógica que perpassa muito das vezes o “dito” e o “não dito” e se misturam entre àquilo que é particular e o público como alicerce de uma postura moral religiosa capaz de completar o trabalho ou a atuação no ambiente escolar. É como se buscasse uma “conciliação” da ordem entre as duas categorias “casa” e “rua” como já expresso por DaMatta (1997) ao dizer que ambas as palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas, mas entidades morais, domínios culturais e institucionalizados” e, por tal, são capazes de despertarem leis, emoções, orações, músicas por exemplos. É como se o espaço público fosse recriado ou carregasse em si, o ambiente familiar da casa e vice-versa. A questão que se deve fazer é, até onde, neste trajeto, se firma e consolida a intolerância religiosa? Neste conjunto, os docentes e licenciandos se encontram, cada vez mais, sensíveis ao conjunto destas ações em que são observadores participantes.

As ações da Escola sem Partido, dos *Pockets*, *The Send*, *1Luv* nos direciona para o crescimento das missões evangélicas a ser implantada à nível nacional, mas sua relação estreita e aprofundada entre a política, religião, cultura e economia, nos coloca diante de duas reflexões: a primeira, é a tese já apresentada por Benjamin quando aponta existir “uma natureza intrinsecamente religiosa do próprio sistema capitalista” (BENJAMIN, 2013, p. 21). Pensar o capitalismo como religião, como já apontava Benjamin, nunca foi tão oportuno quanto ao momento atual vivenciado. O autor já trazia o pensar sobre a força do mito do capitalismo em exercer uma fascinação atuante no imaginário social encantando e enfeitando, de forma a preencher o debate sobre o desencantamento do mundo. Neste sentido, um ponto importante para pensarmos a abordagem do ensino religioso e da religião no ensino de Sociologia incide em trazer discussões sobre o próprio conceito de modernidade, sobre as formas de compreendê-la seja repensando o próprio conceito de secularização acompanhando o investimento de diversos autores sociais.

A segunda questão que não se encontra dissociada da primeira, ao contrário, elas se completam, é o avanço de uma nova ideologia intelectual que ressignifica o conceito de ciência religando o indivíduo em sua formação intelectual com a sua crença, a diferença é que desta vez não como algo que tem como exercício a busca contínua do estranhamento crítico tão desejado para uma ética profissional. Ou seja, o jovem estudante passa a adotar uma postura de mudança radical no mundo conduzindo a ideologia cristã em todas as esferas, não apenas na educação. Há um projeto fundamentalista que precisa de mais dados de coleta quanto ao instrumento de suas ações e narrativas com a ciência, mas que parece sinalizá-la pela crença. Neste sentido, o estranhamento e a desnaturalização não parecem estarem mais como um exercício a ser executado constantemente uma vez que se parte do princípio de que o outro que não crer e não dispõe do mesmo projeto de vida religioso é o ser a ser transformado. É neste sentido que os jovens

cristãos evangélicos, em especial, vêm traçando um projeto fundamentalista social frente a uma dominação em todas as esferas da sociedade.

Através de uma espécie de “autorização”, “permissão” e “silêncio” a religião continua frequentando a escola trazendo novamente um debate frequente: a relação entre ciência e religião. A pergunta que se faz, como já destacam Menezes e Santos (2020) é: polaridade entre religião e ciência interessa a quem?

Talvez a pergunta a ser feita seja: a quem interessa, no contexto atual, uma polarização entre religião e ciência? Há muito as pesquisas que tematizam religião e política nos ensinam sobre falsas oposições e há mais tempo ainda a antropologia demonstrou a proximidade entre pensamento científico, mágico e religioso. Devemos lembrar, ainda, que os próprios cristãos recorrem à ciência para legitimar suas pautas nas principais controvérsias públicas de que são parte, como no caso do aborto e da “cura gay”, por exemplo – assim como mobilizam argumentos e práticas seculares na arena pública de debate, sobretudo na política institucional. Não seria diferente agora. Para o bem e para o mal, a fé cristã, neste momento, vem sendo vivenciada por lideranças e por fiéis de diferentes formas e é mais importante estarmos atentos aos horizontes de possibilidades ao invés de minimizar a complexidade dessa dinâmica (MENEZES; SANTOS, 2020, p. 516).

A religião ao trazer um sistema de classificações permeados pelas noções do “sagrado” e “profano”, como destacou Durkheim (2000), estas categorias não devem ser vistas como naturais e nem pela ótica do “bem” e do “mal”, respectivamente. Estes conceitos são relacionais e regulamenta a conduta humana. Toda a religião ordena o mundo em toda uma classe de coisas e seres “sagrada” e “profana”, como destaca o autor. Neste sentido, o autor afirma não existir religiões falsas, uma vez que elas se encontram nas razões dos fiéis partindo de mediação por linguagens e símbolos que, por sua vez, institui representações sociais. Sendo assim, àquilo que é “sagrado” e “profano” se coloca como categoria resultante do pensamento humano nos colocando diante das interpretações do indivíduo em si que crê. Contudo, os movimentos religiosos vêm questionando esta relação uma vez que parece partir da premissa de uma coletividade religiosa única. Neste sentido, a reflexão de Simmel (2010, p. ix) vem ao encontro ao atual cenário: “O verdadeiro crente interpreta a realidade de modo simbólico: espontaneamente, dota tudo de significado. Percebe tudo conectado ao cosmo e tudo lê alegoricamente como indicação da presença divina no mundo”.

É preciso destacar que o contexto atual da Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV (Covid-19), ao mesmo tempo que “freou” o movimento no sentido físico da presença dos fiéis a novos e antigos templos (FERREIRA, 2022), por outro lado, o formato *on line* passa a ser uma estratégia de expansão e manutenção da fé, como analisa Giumbelli (2020):

O enfrentamento da pandemia está propiciando que as religiões encontrem e desenvolvam novas formas coletivas de cuidado. Justamente nisso está o interesse em reconhecer que a religião é algo social, não no sentido banal, mas no sentido profundo de que está inserida na sociedade e depende desta para existir (e se definir). Por essa razão, as tentativas das religiões de reimaginar os vínculos provocam um debate que

coloca em jogo seu papel social. Cabe-nos acompanhar tanto as iniciativas de grupos religiosos, as atitudes de seus fiéis, mas também os debates que isso instiga na sociedade em geral (GIUMBELLI, 2020, p. 497-498).

Em consequência da pandemia, o debate que se apresenta traz a religiosidade como um marco essencial para pensarmos, novamente, a identidade brasileira: se por um lado a religião passa a ser demarcada como um serviço essencial pela assistência que ela é capaz de proporcionar às pessoas em tempos difíceis, por sua vez, seus espaços, foram demarcados pela categoria da “impureza” por ser um dos locais centrais para a contaminação devido ao grande número de frequentadores. Eis uma nova versão do “sagrado” e “profano” que costura e ressignifica as religiões na política. Neste cenário, devemos considerar a “autonomia relativa’ da religião e às relações de produção [...]” (LOWY; BENSAID, 2000 *apud* COELHO, 2021, p. 149). Reforçando a discussão, devemos considerar a crítica de Benjamin à:

[...] visão tradicional do mundo moderno e do capitalismo como secularizados, livres de religião e sinaliza uma interessante interpretação do que seria o religioso no capitalismo. Uma análise sistemática permite identificar a diferença e as relações entre o que é reconhecer uma religião no capitalismo e viver motivado por um espírito religioso dessa época (COELHO, 2021, p. 148).

Não há dúvidas que o sistema neoliberal nos trará provocações para continuar pensando o papel religioso no contexto brasileiro e mundial ressignificando as categorias de pensamento que circulam o discurso e a prática religiosa imbuída no processo de vida e morte.

Neste sentido, a religião no campo educacional, sobretudo a partir dos movimentos religiosos, parece se fixar como uma espécie de drama social, um modelo temporal apresentado por Victor Turner (CAVALCANTI, 2007), uma espécie de modelo teatral da intriga tramado para compreensões das tensões entre princípios contraditórios da vida social.

Considerações finais

O presente trabalho nos traz muitas interrogações, dentre elas, a presença do religioso na organização e expressões de fé nos espaços públicos seja por meio de movimentos, ideologia cristã e da política. Esta é uma questão fundamental para compreendermos também a identidade evangélica em ascensão e um suposto declínio do catolicismo no Brasil entre diferentes estratos de juventudes em idade escolar e nas universidades. As observações no campo do estágio nos colocam diante de um projeto missionário religioso cristão maior em diferentes espaços⁹. Iniciar um debate sobre ensino de Sociologia e a religião deve seguir, a priori, as seguintes premissas: Descrever a presença do religioso no espaço

⁹ As presentes notícias de manifestação de fé e canto religiosos em um supermercado e em um shopping, vem ao encontro as muitas questões descritas aqui. Segundo algumas reportagens levantadas, trata-se de um movimento batizado de *flash mob* pela Igreja Fonte da Vida no final de janeiro de 2023. Fonte: [O que \(e quem\) está por trás das cantorias evangélicas em shoppings e supermercados – Sociedade – CartaCapital](#). Acesso em 26/03/2023.

escolar nos coloca diante de uma tríade que deve ser, continuamente, analisada e atualizada em seu contexto histórico: igrejas, Estado e liberdade religiosa; considerar a importância da diversidade e pluralidade religiosa; e descrever e problematizar os sentidos da religiosidade para os estudantes e docentes frente ao ensino formal.

Mas, por que a religião vai à escola? Esta pergunta tem relação com uma questão que venho trabalhando em meus estudos: até que ponto um país, como o Brasil, é um conjunto de sua religiosidade? Ou seja, a religião e seus retalhos se colocam como um “complexo de conceituação” capaz de atuar em seu papel social e simbólico. Enquanto artesã, a religião vai costurando seus muitos retalhos (PAIVA, 2021). Legislações, pareceres, resoluções, diretrizes, base curricular somados a própria crença do indivíduo vêm legitimando sua ida aos campos de conhecimento educacional, mas constituindo, a partir da herança da Escola sem Partido e dos movimentos religiosos nas universidades, uma espécie de inversão da ordem social.

Em se tratando do debate religioso no espaço público a história nos parece apontar uma certa autorização dos símbolos religiosos (COELHO, 2021). Não há discurso dado. Há discursos construídos. Os sujeitos manipulam as regras do discurso a seu favor, seja de forma consciente ou inconsciente. A radicalidade das falas e ações observadas vêm nos conduzindo para um campo de conflito ideológico que, por sua vez, refletem na didática e em outras ações como o planejamento de aulas e currículo.

Em tempos de maior ou menor desafios e perspectivas, as religiões permanecem a costurar a condição da existência humana. Não há como dizermos o que é a religião no espaço escolar, mas o que ela está sendo. Outra questão que deve nos acompanhar para ampliar as discussões apresentadas está na interrogação: para que serve a ida da religião na escola?

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 16, p. 1-304, 2007.

- COELHO, Allan da Silva. *Capitalismo como religião: Walter Benjamim e os Teólogos da Libertação*. São Paulo: Recriar, 2021.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e religiões: a decolonização religiosa da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DURKEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FERREIRA, Eli Couto. Chegou a nossa hora Brasil! A influência político/religiosa do movimento “The Send na juventude evangélica brasileira. São Bernardo do Campo. 2022. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em [iser-Cap4-n28-vol2-2008.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em: 22 out. 2010.
- GIUMBELLI, Emerson. *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GIUMBELLI, Emerson. Religiões em tempo de pandemia. In: Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol (orgs.) *Cientistas Sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 495-498 Ebook_Cientistas-Sociais-Coronavírus.pdf (ufscar.br)
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004.
- NOVAES, Regina. *Culturas jovens: novos mapas de afeto*. São Paulo: Zahar, 2006.
- NOVAES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. In: *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 351-368, dez. 2018.
- OLIVEIRA, Amurabi. Narrativas escolares de alunos umbandistas no Ensino Superior em Santa Catarina. *Revista Equatorial: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, p. 120-140, 2018.
- PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. Dinâmicas do Sagrado: falando de religião no ensino de Sociologia. In: *Inter-Legere*, Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, n. 18, p. 95-115, jan./jun. 2016.
- PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. O ensino de Sociologia e a Religião In: BRUNETTA, Antonio Alberto et al. (Org.). *Dicionário de Sociologia*. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, 2020, v. 1, p. 353-356.
- PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. A religião e seus retalhos. In: *Humanidad em Red: Red de intelectuales y artistas em defesa de la humnidad*. 2021. Disponível em: [A religião e seus retalhos - Andréa Lúcia da Silva de Paiva \(2humanidadenred.blogspot.com\)](#). Acesso em: 22 dez. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIO, João do. *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro - Coleção biblioteca básica brasileira, 2013.

SANCHIS, Pierre. *Religião, cultura e identidade: matrizes e matizes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SILVA, Benedito *et al.* *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios*, v. 2. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. A liberdade religiosa no Direito Constitucional Brasileiro. 2010. 282 f. Tese (Doutorado em Direito. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2010.

*Recebido em: 30 de março de 2023.
Aprovado em: 05 de maio de 2023.*